Prefeituras correm atrás de empréstimos no Senado

Na dança do aprova-tudo, o costume é autorizar até pedidos indeferidos pelo BC. Mas agora há receio pela imagem da Casa

A um mês do encerramento dos mandatos dos atuais prefeitos e sem recursos para tocar as obras de última hora ou pagar contas, as prefeituras deflagraram uma corrida ao Senado, criando um problema que pode acabar numa polêmica semelhante à que levou à criação da CPI dos precatórios.

São pedidos de autorização para empréstimo em diversas instituições, propostas que desaguardam no Congresso invariavelmente acompanhadas de objeções técnicas do Banco Central, órgão responsável pelo parecer preliminar dos projetos. Com jeitinho político, na última instância de análise, no Senado, as solicitações acabam quase sempre aprovadas na chamada dança do aprova-tudo.

Em 95 foram cinco e todas para grandes prefeituras. Mas este ano os pedidos, de municípios de todos os tamanhos, quadruplicaram e os senadores começam a contestar a tradição da Casa de um senador aprovar o pedido do

estado ou município de seu colega e vice-versa, preocupados com os danos que denúncias de irregularidades envolvendo autorizações concedidas a estados e municípios podem trazer à imagem do Senado.

O senador Valmir Campelo (PTB-DF) pede critérios nas autorizações, lembrando uma proposta que recebeu e se negou a relatar: uma solicitação da Prefeitura de São José do Rio Pardo (SP). O prefeito Luís Antônio Giantomasi pediu autorização para empréstimo de R\$ 1,8 milhão do Instituto Municipal de Previdência (IMP). O dinheiro seria usado na quitação de débitos em atraso. O BC indeferiu o pedido porque contrariava a Resolução nº 69 do Senado, que dita as regras para concessões de empréstimos e autorizações.

Além disso a Prefeitura, segundo parecer do BC, teve as contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas do Estado. O TCE considerou que houve irregularidades e que os vereadores receberam mais do

que deveriam. Nem num caso como esse, em que o documento do BC menciona a palavra indeferido, os senadores disseram "não". Campelo, relator, devolveu a proposta à Comissão de Assuntos Econômicos e o projeto aguarda que outro relator se apresente.

OBJEÇÕES

Já a prefeitura de Fontoura Xavier obteve autorização para contratar um crédito de R\$ 344,3 mil junto à Caixa Econômica Federal, dentro do Programa Pró-Moradia. Isso apesar de o BC ter dito que a solicitação extrapolava a margem de poupança real e que mesmo a elevação do limite de endividamento "não propicia o enquadramento da operação pretendida". As objeções não impediram que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) desse parecer favorável e a autorização fosse aprovada.

A Prefeitura de Novo Barreiro, no Rio Grande do Sul, obteve autorização para captar R\$ 162,4 mil na Caixa Econômica Federal (CEF). Das 20 operações que constam dos arquivos do Senado relativos a 1996, apenas três não continham ressalvas do Banco Central. Mesmo assim, o Senado aprovou 11, das quais oito com objeções.